



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 145 - Agosto 2009

NOSSA OPINIÃO

- [Plantações como sumidouros: a fraude do carbono em sua pior face](#)

COMERCIANDO O CLIMA

- [Brasil: 'novos' projetos de eucaliptos da Plantar avançam para a validação do MDL](#)
- [Equador: pronunciamento de povos indígenas contra o CO2lonialismo das florestas/REDD](#)
- [Uganda: plantações como sumidouros de carbono – onde as árvores são mais importantes que as pessoas](#)
- [Destruir com uma mão, tomar com a outra: biomassa, REDD e florestas](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Argentina: mulheres Wichi e Guarani erguem suas vozes contra o desmatamento decorrente da soja](#)
- [Birmânia: o iminente desastre social e ambiental da barragem Tasang](#)
- [Quênia: projeto de plantações de cana-de-açúcar aniquila o inestimável delta do rio Tana](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [A maquiagem verde que o FSC aplica às monoculturas de árvores: evidências providenciadas pela própria Indústria de Papel e Celulose](#)
- [Indonésia: Povos Indígenas opõem-se às plantações de acácia em seus territórios tradicionais](#)
- [Indonésia: apelo para a suspensão dos empréstimos do Banco Mundial \(CFI\) para os dendezeiros](#)
- [Malásia: povos Indígenas pedem moratória para plantações de árvores em grande escala](#)
- [Reunião da rede contra monoculturas de árvores na América Latina](#)

NOSSA OPINIÃO

- Plantações como sumidouros: a fraude do carbono em sua pior face

Enquanto para a maior parte da humanidade a mudança climática significa desastre, algumas mentes empresariais a percebem como uma boa oportunidade de

negócios. Na forma por eles considerada, a mudança climática diz respeito às emissões de carbono e o carbono pode ser comercializado como uma mercadoria no mercado global. Tal mercado- é o que eles dizem- pode valer bilhões ou inclusive trilhões de dólares e eles esperam que redunde em grandes lucros para si. Não importa se tal mercado não tem qualquer valor em absoluto para deter a mudança climática; apenas conta seu valor como um investimento lucrativo.

O problema é que essas pessoas têm poder e muita influência tanto em nível nacional quanto internacional, onde a legislação e os acordos são feitos sob medida para adaptar-se a seus desejos. Esse foi o caso na Convenção sobre Mudança Climática e seu correspondente Protocolo de Kioto, que cedeu às pressões ao aceitar o mercado de carbono como uma das "soluções" para a mudança climática. Assim o chamado "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" foi aprovado como um meio para "compensar" as emissões de CO₂.

Adicionalmente, o apoio governamental às abordagens do "mercado livre" permitiu que os mesmos atores estabelecessem um mercado de carbono voluntário em que as pessoas são ludibriadas ao acreditarem que pagando umas taxas podem ficar livres de culpa por suas emissões de CO₂- por exemplo, nas viagens de avião. Assim surgiu o mercado de "carbono- neutro".

Tanto o mercado de carbono "oficial" quanto o "não oficial" têm incluído as plantações de árvores como um dos possíveis mecanismos para "compensar" as emissões.

O WRM tem produzido abundantes informações sobre os impactos das plantações de árvores em geral, tem desenvolvido análises sobre as razões pelas quais as plantações não deveriam ser consideradas como sumidouros de carbono, tem detalhado as razões para opor-se ao mercado de carbono e tem explicado por que "a neutralidade do carbono" é uma fraude. Todas estas informações estão disponíveis em nosso site.

Agora queremos focalizar uma única questão, que é em si mesma suficiente para as plantações de árvores serem excluídas como sumidouros de carbono: o risco de incêndio.

Imagine a seguinte situação. Uma empresa poluidora no Norte paga a um vendedor de "carbono-neutro" que promete "compensar" suas emissões plantando árvores. Assumamos que as árvores são plantadas de fato e que absorvem todo o volume de carbono emitido pela empresa poluidora. Seis anos mais tarde, a plantação toda incendeia- se. O resultado será que a plantação queimada terá liberado todo o volume de carbono que supostamente devia compensar. Isso significa que a plantação só terá servido para permitir a empresa poluidora evitar investir naquilo que é mais necessário sob uma perspectiva climática: cortar as emissões.

O anterior é o cenário de uma situação real, porque os tipos de plantações mais comuns- eucaliptos e pinheiros- são naturalmente propensos ao incêndio. Os dois tipos de árvores são altamente inflamáveis nas florestas naturais - os incêndios na realidade colaboram para superar a concorrência de outras espécies- e são ainda mais inflamáveis em plantações de rápido crescimento em grande escala porque

geram um ambiente muito seco sob suas copas, ideal para o fogo se espalhar.

Adicionalmente, as condições sociais que criam também fazem com que sejam alvos de incêndios provocados em diferentes locais em que os moradores foram afetados. Ainda que não seja um fato provado, dizem que alguns incêndios em lugares tão distantes como Chile e Suazilândia, têm sido iniciados por moradores locais deslocados ou afetados pelas plantações. Há aproximadamente 10 anos, na Venezuela, os empregados das plantações da empresa celulósica Smurfit tinham ordens de registrar todas as pessoas das comunidades locais que passavam próximas às plantações e confiscar fósforos e acendedores por medo de incêndios provocados. E a possibilidade era real porque a maioria dos moradores queria de fato pôr fogo nas plantações e o expressava abertamente.

Tanto por razões sociais quanto ambientais, as plantações constantemente ardem ao redor do mundo. Alguns dos casos que tiveram mais cobertura mediática incluem as plantações- e florestas- na Austrália, Espanha, Portugal, Chile, África do Sul, Suazilândia. Mas basta com fazer uma busca simples na internet para encontrar mais incêndios relacionados com plantações em países com vastas áreas de monoculturas de árvores.

A conclusão óbvia quanto às plantações como sumidouros de carbono é que é muito imprudente- por não dizer diretamente estúpido- usar as plantações para armazenar carbono. As plantações como sumidouros têm um único aspecto positivo: retratam a fraude do mercado de carbono em sua pior face.

[início](#)

COMERCIANDO O CLIMA

- Brasil: 'novos' projetos de eucaliptos da Plantar avançam para a validação do MDL

No meado de julho, a Diretoria Executiva do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) aceitou uma nova metodologia proposta como parte do controverso projeto da Plantar em Minas Gerais, Brasil (ver antecedentes sobre a Plantar nos boletins do WRM 84, <http://www.wrm.org.uy/bulletin/84/Plantar.html>, 70 e 72).

A Plantar S.A. é uma companhia de ferro gusa e plantação, cujo projeto de MDL no estado de Minas Gerais, Brasil, foi um dos primeiros em ser apoiado pelo Fundo Piloto do Carbono (FPC) do Banco Mundial, que antecipou a compra de mais de 1,5 milhões de CERs (reduções de emissões certificadas) (aproximadamente USD 25 milhões, supondo que os créditos forem vendidos a USD 15) em “reduções de emissões” para 2012.(1)

A Plantar e o Banco Mundial promoveram o projeto como uma operação modelo. No entanto, as atividades da companhia na área do projeto têm desapossado muitas pessoas de suas terras, destruído empregos e meios de vida, secado e poluído fontes de água locais, esgotado solos e a biodiversidade do bioma do

cerrado, ameaçado a saúde dos povos locais e explorado a mão de obra sob condições apavorantes.

A companhia planta uma espécie de árvore não nativa em um modelo de plantação industrial com o único fim de queimá-la, liberando assim CO₂ e outros poluentes. As árvores são queimadas em pequenos fornos para fazer carvão e são utilizadas depois para as operações de ferro gusa da companhia, apesar de que destruição em grande escala tenha sido requerida para deixar o caminho livre para esta indústria.

A proposta original para o projeto, apresentado como uma compensação florestal, foi rejeitada pela Diretoria Executiva do MDL. Primeiramente, a Plantar alegou que haveria uma “redução acelerada na base florestal de plantações no Estado de Minas Gerais”. Apresentou suas plantações como florestas e alegou que, depois de ter cortado e queimado as árvores para fabricar ferro gusa, não as replantaria a menos que o financiamento do carbono estivesse próximo. Quando lhe lembraram que as regras do MDL não permitem que sejam fornecidos créditos por “desmatamento evitado”, a companhia redigiu novamente seus documentos de desenho para enfatizar outras justificações. A segunda tentativa alegava que a Plantar estava evitando uma mudança que de qualquer jeito seria necessária nos combustíveis para suas operações de ferro gusa, de carvão de eucalipto para carvão ou coque com mais uso de carbono.

Em outras palavras, a companhia alegou que os créditos do carbono para seu projeto de 23.100 hectares eram a única coisa que poderia garantir o fornecimento de carvão, apesar de que Minas Gerais só, gaba-se de ter 2 milhões de hectares de plantações de eucaliptos. A própria Plantar possui propriedades rurais que cobrem mais de 180.000 hectares, dedicados principalmente a eucaliptos para carvão e quase todas localizadas em Minas Gerais e fornece serviços de gestão para mais de 590.000 hectares de plantações para ela mesma e outras companhias no Brasil.

A repetida rejeição deste projeto deveria ter feito com que fosse descartado, como aproximadamente 143 grupos e povoadores locais alegaram em uma carta à Diretoria Executiva do MDL de junho de 2004: “A alegação de que sem créditos do carbono a Plantar...teria mudado para carvão como fonte de energia é absurda.” O projeto foi pelo contrário re-embalado e reapresentado ao MDL em suas partes componentes, que incluíram um projeto para reduzir o metano no processo de queima de árvores, um projeto de reflorestamento revisado e um projeto adicional vinculado ao projeto de reflorestamento que alega introduzir um novo sistema de redução de minério de ferro no processamento de ferro gusa.

Em 2007, a Plantar conseguiu ter acesso ao MDL pela primeira vez, por seu projeto de redução do metano com o que ela espera gerar 112.689 CERs no período de sete anos, de 2004 até 2011.

A metodologia do segundo projeto, “Uso de Carvão de Biomassa Plantada Renovável no Processo de Redução de minério de ferro através do Estabelecimento de um Novo Sistema de Redução de minério de ferro” foi aceita pelo Painel de Metodologia das Nações Unidas no meado de julho de 2009. A

Plantar alega que deveria criar-se uma nova metodologia do MDL relativa ao que ela descreve como método inovador para reduzir as emissões de CO2 de altos-fornos. De fato, o projeto está arruinado pelas discrepâncias. Por exemplo, o Documento de Desenho do Projeto admite que serão usadas múltiplas fontes para o carvão supostamente “sustentável”, mas não tem sido feita qualquer avaliação ambiental das plantações que seriam usadas além daquelas da própria Plantar.(2)

O projeto de reflorestamento reapresentado, vinculado à metodologia do minério de ferro, promete “plantações dedicadas”, para a produção do carvão, que é mencionado, eufemisticamente, como “biomassa renovável.” (3) A companhia alega que a rejeição inicial não foi devida a falhas no projeto, mas que foi rejeitado porque os regulamentos do MDL sobre uso da terra, mudança no uso da terra e florestamento não estavam finalizados quando foi apresentado originalmente. Tenta antedatar a reclamação de créditos do carbono para 2000, apesar do fato de que as atividades descritas no projeto já tem estado em andamento durante nove anos é evidência prima facie de que não há nada “adicional” sobre ele.

A Plantar prevê que o projeto de reflorestamento reduziria mais de 3 milhões de toneladas de CO2 durante seu período de 30 anos, o que poderia fazer com que a companhia receba aproximadamente USD 45 milhões de sua compradora, a “Netherlands CDM Facility” (Facilidade do MDL dos Países Baixos), um plano do governo holandês gerido pelo Banco Mundial. O projeto de redução de minério de ferro visa a gerar 2.133.551 CERs (aproximadamente USD 30 milhões) no período de sete anos.

Os projetos da Plantar, como todos os projetos do MDL, não resultam em reduções das emissões. Cada projeto que é desenvolvido no Sul permite mais emissão de poluição de centrais elétricas que utilizam combustível fóssil ou indústria pesada no Norte global. A tentativa dos promotores da compensação do carbono para distinguir entre projetos “bons” e “maus” carece de compreensão e socava seriamente lutas construtivas na prática. Não desenhados para manejar as reais complexidades e complicações das comunidades e meios de vida, exigem – particularmente no caso das plantações de árvores- enormes volumes de terra, água, maquinário e não são estabelecidos para beneficiar as comunidades locais nem a ecologia. Em geral acontecem em regiões onde as pessoas têm pouco poder, aprofundando a brecha Norte-Sul, enquanto continuam reforçando um paradigma de desenvolvimento insustentável.

Por Tamra Gilbertson, Carbon Trade Watch, email: tamra@tni.org

(1) <http://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=PCF&FID=9707&ItemID=9707&ft=Projects&ProjID=9600>

Fez parte de um esquema mais amplo para gerar créditos do carbono equivalentes a 13 milhões de toneladas de reduções de emissões de carbono, muitas das que seriam vendidas no mercado de carbono “voluntário”.

(2) <https://cdm.unfccc.int/UserManagement/FileStorage/FJZUI99VFCYK55BIM0FQ9X51SOB6S3>

“Dentro dos Projetos da Plantar, uma área adicional de aproximadamente o mesmo tamanho daquela da atividade de A/R proposta é plantada, para garantir o fornecimento de carvão renovável para a produção de ferro do projeto integrado”

(3) PDD: Reforestation as Renewable Source of Wood Supplies for Industrial Use in Brazil, 4 de março de 2008.

http://www.netinform.net/KE/files/pdf/PDD_AR_Plantar.pdf

início

- Equador: pronunciamento de povos indígenas contra o CO2lonialismo das florestas/REDD

A inclusão das florestas no mercado de carbono na forma de REDD (Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação) foi adotada pelo sistema das Nações Unidas através do Programa ONU-REDD. Em 2008, o Secretário Geral das Nações Unidas apresentou o Programa ONU-REDD, que é levado a efeito por três organismos das Nações Unidas: a FAO, o PNUMA e o PNUD, em estreita colaboração com o Banco Mundial.

Trata-se de um programa de planos e créditos para compensar as emissões de carbono, que tem provocado rejeição entre inúmeras organizações sociais, ambientais e de Povos Indígenas, que denunciaram a iniciativa REDD como uma falsa solução para a mudança climática.

O Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança Climática declarou que: *“o REDD não beneficiará os Povos Indígenas senão que, de fato, provocará mais violações dos Direitos dos Povos Indígenas... roubará nossa terra, provocará deslocamentos forçados, impedirá o acesso e colocará em risco as práticas agrícolas indígenas, destruirá a diversidade biológica e a diversidade cultural e provocará conflitos sociais.*

No contexto do REDD, os Estados e os comerciantes de carbono terão maior controle sobre nossas florestas”.

O próprio Documento Quadro do Programa ONU-REDD alerta que o programa poderia erodir práticas de conservação sem fins lucrativos, baseadas em valores culturais, bem como marginalizar os sem-terras e aqueles que tivessem direitos comunais de uso.

Mas os mercadores do carbono avançam rapidamente. Austrália e Indonésia anunciaram que estão trabalhando em dois projetos REDD de comércio de carbono no valor de 200 milhões de dólares que usariam as florestas da Ásia e o Pacífico para compensarem as emissões da indústria local. Pretendem apresentá-los nas negociações sobre Mudança Climática que serão celebradas em dezembro de 2009 em Copenhague, Dinamarca.

Por outra parte, tão rapidamente quanto eles, as organizações trabalham para desmascararem a iniciativa REDD, considerada como CO2lonialismo das florestas, e os povos organizados se manifestam.

Em um recente comunicado, emitido em Puyo, Equador, no passado dia 3 de agosto (1), a Confederação de Nações Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) pronunciou-se contra todo tipo de negociações ambientais sobre as

florestas alertando que “toda política e atividade extrativa e de negociação das florestas e biodiversidade em nossos Territórios Ancestrais causará implicações impensadas, entre elas a extinção da identidade das Nações Ancestrais, a perda do controle e o manejo de nossos territórios, que passariam a ser manejados pelo Estado, países estrangeiros, transnacionais, negociadores de REDD ou comerciantes de carbono; acarretando assim miséria, fome e pobreza extrema nunca vistas anteriormente, tal como acontece agora com nossos irmãos indígenas na Amazônia norte do Equador por interesses geopolíticos, econômicos e comerciais”.

Em vistas disso, resolve que “não negociará nem dialogará sem consentimento de suas bases, sobre assuntos de negociações para Atividades Extrativas Petrolíferas, Mineiras, Hidrelétricas, Plano ‘Socio Bosque’, negócios REDD, Serviços Ambientais, etc.; já que certos organismos, como a instituição Energia Ambiente e População, Banco Mundial e os Mercadores de Carbono, conjuntamente e aliados com os governos latino-americanos, pretendem negociar sobre a vida das Nações e Povos Indígenas afetando nossos Direitos Territoriais”.

Argumentam que rejeitam os projetos REDD porque “pretendem tirar de nós o livre manejo sobre nossos recursos e porque também não são uma solução definitiva para o problema da mudança climática, pelo contrário, só o faz piorar”.

Por outro lado, uma proposta genuína, enunciada em “Uma Guia para os Povos Indígenas. Falsas soluções para a mudança climática” (2), seria honrar a Terra e o Céu, o que implicaria:

- Reduzir drasticamente as emissões no local de origem
 - Passar a modelos sustentáveis de produção, consumo e desenvolvimento.
 - Promover uma mudança de paradigma.
- Dar prioridade ao planeta e aos povos, não aos lucros.
Liderança ética em vez de corrupção e ladroagem.
Honrar a Terra e o Céu e respeitar a lei da Natureza.
Deixar os combustíveis fósseis no subsolo.
Deixar rapidamente de prospectar e explorar combustíveis fósseis
Acabar com os subsídios de \$200 bilhões/ano de carbono e petróleo.
- Promover energias renováveis
 - Promover soluções locais de energia
 - Reduzir, reutilizar, reciclar
 - Retirar paulatinamente as indústrias extrativas.
 - Reorientar as despesas militares; deter a guerra; promover a paz.
 - Pagar a dívida ecológica e quitar a dívida externa a fim de canalizar os recursos para responder à mudança climática
 - Promover a soberania dos povos sobre energia, florestas, terra e água.
 - Praticar a conservação e o manejo de recursos naturais com um enfoque de direitos humanos.
 - Implementar a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
 - Demarcar e proteger os territórios dos Povos Indígenas.
 - Deter o desmatamento e abordar suas causas subjacentes.
 - Promover a soberania e a segurança alimentar.
 - Promover a agricultura sustentável de pequena escala e a agricultura biológica.

- Promover o transporte público.
- Lutar pela justiça climática

(1) “Ecuador: CONFENIAE rechaza negociaciones ambientales y políticas extractivas”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/14994>

(2) “Una Guía para los Pueblos Indígenas. Falsas soluciones al cambio climático”, http://www.earthpeoples.org/CAMBIO_CLIMATICO/Guia_Pueblos_Indigenas-ESPANOL.pdf

início

- Uganda: plantações como sumidouros de carbono – onde as árvores são mais importantes que as pessoas

A New Forests Company, companhia sediada no Reino Unido, está estabelecendo plantações de árvores em Uganda, Moçambique e Tanzânia. A companhia diz que “Apesar de estarem baseados na economia do florestamento comercial, nossos projetos são assegurados por créditos de carbono ... em cumprimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Isso significa que seus lucros da venda de madeira aumentarão através da venda de “créditos do carbono” a indústrias poluidoras no Norte. Também significa que as companhias que compram esses créditos do carbono também deveriam ser responsabilizadas pelos impactos dessas plantações sobre os povos locais e o meio ambiente.

Como a New Forests “já se tem estabelecido a si mesma como a maior plantadora de árvores e o ator dominante em Uganda” e “está prestes a começar operações em outros países”, é importante fazer com que as pessoas conheçam o que está acontecendo realmente em 54.000 acres de terra neste país.

A companhia define suas atividades como “Florestamento sustentável e socialmente responsável”. O significado disso fica evidenciado às claras nas fotografias e breve texto em seu próprio site na web em http://www.newforestscompany.com/project_area/uganda. O processo “responsável” começa com a destruição da biodiversidade local em dois passos: 1) “desmatamento” manual; 2) “pulverização química”. Depois que a vegetação local tem sido totalmente eliminada –e o meio ambiente poluído com herbicidas químicos- ela é substituída por duas espécies de árvores exóticas de rápido crescimento (eucaliptos e pinus), plantadas como monoculturas em grandes áreas de terra. Esses desertos verdes são as “Novas Florestas”, de onde a companhia adota seu nome.

A evidência de quão “socialmente responsável” pode ser a companhia também é fornecida nas fotografias referidas supra. Duas delas mostram umas poucas mulheres trabalhando em condições muito desconfortáveis em um precário viveiro de árvores. Uma outra fotografia mostra uma “equipe de desmatamento” de 16 pessoas, sem roupas apropriadas para a tarefa. Finalmente, os 12 trabalhadores da equipe de “pulverização química” são mostrados longe demais para verificar se eles têm recebido a equipe protetora e roupas necessárias. Como a companhia não fornece qualquer informação sobre o número de 1800 trabalhadores que

“espera-se” que trabalhem na plantação, a gente apenas pode adivinhar que a maioria deles serão empregados na plantação de árvores e demitidos depois que a atividade for completada.

Mas até no caso impossível de que todos os 1800 trabalhadores fossem empregados de forma permanente, a companhia não menciona que mais de 10.000 residentes do sub-condado de Kitumbi no distrito de Mubende estão enfrentando o despejo para deixar o caminho livre para suas plantações. Isso significa que –em geral- 8.200 pessoas estarão em uma condição bem pior que antes da chegada da companhia. E “bem pior” é de fato uma subestimação do que acontecerá.

As seguintes citações de um artigo publicado em 20 de julho no site na web ugandense New Vision, fornece evidência mais do que ampla sobre os “benefícios sociais significativos” que a companhia tem estado fornecendo aos povos locais.

De acordo com o artigo, os residentes das aldeias de Kyamukasa, Kyato, Kicucula, Kisiita, Mpologoma, e Kanaamire denunciaram que grupos armados estavam batendo e seqüestrando pessoas e destruindo seus cultivos e casas. Essas ações estavam destinadas a “subjugá-los para que deixem sua terra, que têm ocupado por décadas”, para que a New Forest Company pudesse plantar suas árvores.

“Minha plantação de banana em três acres tem sido destruída pelas pessoas que estão tentando despejar-nos. Eles até se apossaram de 10 sacos de milho”, disse Jessica Nyinamatama, uma viúva de 56 anos, com nove órfãos a seu cargo.

O chefe local do comitê de terras, William Mpamira disse que “Dois de nossos vizinhos foram seqüestrados por pessoas armadas que estão tentando despejar-nos”, acrescentando que “Richard Twahirwa foi prendido em 26 de junho e Cyprian Munyagaju foi prendido em 13 de julho. Até agora, não conhecemos seus paradeiros.”

De acordo com Mpamira, a população está sofrendo ataques noturnos e em decorrência disso, a maioria dos residentes têm recorrido a dormir no mato. Ele também acrescentou que “Duvidamos se a intenção da companhia é plantar árvores e proteger o meio ambiente”, porque “desde 2005 eles estão cortando árvores que tínhamos preservado para madeira comercial.”

Em decorrência da situação que estavam sofrendo, os aldeões decidiram ir para Kampala, onde pediram ao ministro de terras, Omara Atubo, que detivesse os despejos. Em resposta, o ministro prometeu deter o investidor para que não continue com os despejos e disse:

“Como ministério a cargo das terras, sentimos o que tem acontecido com vocês. É importante respeitar seus direitos, independentemente de se ocupam a terra legalmente ou não. Não há necessidade de que seus colegas desapareçam, que sua terra seja roubada ou que seus cultivos sejam destruídos”, disse Atubo e os aldeões aplaudiram.

O ministro disse que iria intimar o comissionado de distrito dos residentes e os funcionários da companhia para que respondessem às denúncias. Atubo também prometeu destacar uma equipe de investigadores para Kitumbi em uma missão de

averiguação dos eventos.

“Este é um caso urgente porque se trata da vida e da morte. Esses atos contra nossos cidadãos deveriam deter-se imediatamente. O investimento é somente bom se os residentes se beneficiarem com ele. Os seres humanos são mais importantes que as árvores”, disse ele.

Os funcionários da New Forests Company deveriam repetir depois dele: Os seres humanos são mais importantes que as árvores!

Baseado em artigo enviado por Timothy Byakola (acs@starcom.co.ug), “Uganda: Mubende Residents Petition Lands Minister Over Eviction, Harassment”, por Moses Mulondo, 20 de julho de 2009 <http://allafrica.com/stories/200907210016.html> e em informação do site na web da companhia:

http://www.newforestscompany.com/index.php/project_area/7/

<http://www.newforestscompany.com/>

<http://www.newforestscompany.com/about-us/>

[início](#)

- Destruir com uma mão, tomar com a outra: biomassa, REDD e florestas

As florestas viraram manchetes de jornal atualmente. Impedir o desmatamento irá ajudar-nos a abordar a mudança climática (pelo menos se o carbono armazenado nas florestas não for comercializado para permitir que as emissões continuem em outros lugares). Mesmo assim, as florestas nunca estiveram sob uma ameaça tão séria.

Reduzir o desmatamento é uma boa idéia. Detê-lo de vez seria melhor. Pagar aos povos indígenas e comunidades locais que protegem as florestas seria ainda melhor. Supõe-se que esta é a idéia por trás do Novo Grande Plano para salvar as florestas: REDD (redução de emissões do desmatamento e degradação florestal). Mas por que o REDD não tenta abordar os motores do desmatamento?

Tal como o WRM vem assinalando reiteradamente, uma das ameaças mais insidiosas para as florestas provém das plantações industriais de árvores. A atual obsessão por tudo o que tiver relação com o carbono, junto ao fracasso das Nações Unidas para diferenciar as florestas das plantações providencia o maior incentivo para clarear florestas e substituí-las por plantações.

Uma parte importante da ameaça provém da falsa solução para a mudança climática: plantações de biomassa. Conforme o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, a madeira é considerada como “carbono biogênico”, que faz “parte do balanço natural de carbono [que] não será acrescentado às concentrações atmosféricas de dióxido de carbono.” Mas em decorrência dessa contabilidade criativa, as plantas de biomassa brotam como cogumelos depois da chuva. A China está planejando construir plantas de biomassa de 30.000 MW até o ano 2020. O sul dos EUA tem sido chamado de “a Arábia Saudita da biomassa”. Grande parte desta expansão é para alimentar as empresas públicas europeias, que irão produzir 20%

de sua energia provinda de “fontes renováveis” até 2020.

Ao crescerem, as árvores absorvem carbono. Até aqui tudo bem. Mas os proponentes da biomassa ignoram o fato de a queima de madeira liberar dióxido de carbono, da mesma forma que a indústria de papel e celulose ignora o fato de a produção de celulose a partir de madeira para fabricar papel também produzir enormes volumes de dióxido de carbono.

Obviamente, se as árvores forem replantadas, irão absorver dióxido de carbono. Mas ainda com as árvores de eucaliptos de crescimento rápido há uma demora de 5 a 7 anos antes de o dióxido de carbono liberado pela queima de madeira for absorvido pelas árvores. Se vamos abordar a perigosa e descontrolada mudança climática, a última coisa que precisamos é uma demora de cinco a sete anos. As árvores na Europa e nos EUA crescem mais lentamente, e portanto levarão mais tempo para absorverem o carbono.

Um relatório de maio de 2009 da revista Science, escrito por Marshall Wise e seus colegas na Universidade de Maryland, compara dois possíveis cenários futuros. Em um deles, todas as emissões de carbono estão gravadas (incluindo as emissões provindas da mudança no uso das terras), e no outro apenas as emissões de carbono industriais e de combustíveis fósseis estão taxadas. Este último caso é o resultado lógico se a biomassa for considerada como “carbono biogênico” e portanto for ignorado a emissão de dióxido de carbono quando queimado. O resultado disso poderia ser que “finalmente toda terra que não for necessária para plantar alimentos e produtos florestais será usada para plantações de bioenergia”. Um gráfico no artigo mostra que até 2065 toda floresta sem manejo, terras arbustivas, pradarias e terras de pastoreio no mundo inteiro poderiam ser transformadas em plantações de bioenergia.

Os autores comentam com ironia que, “Tal desmatamento em grande escala é difícil de imaginar na realidade, porque é difícil de imaginar que a sociedade ache que isso é aceitável.”

A província de Riau, na ilha indonésia de Sumatra, providencia um exemplo claro desse “desmatamento em grande escala”. Há vinte anos a província tinha florestas em 80% de seu território. Agora, só resta cerca de 30 por cento. Duas empresas de papel e celulose têm conduzido o desmatamento: a Asia Pulp and Paper (APP) e a Asia Pacific Resources International (APRIL). Os conglomerados que possuem as empresas (Sinar Mas e Raja Garuda Mas, respectivamente) também investiram em enormes plantações de dendzeiros, provocando ainda mais destruição florestal. Um dos motores da expansão das plantações de dendzeiros é a demanda de bioenergia na Europa.

O governo indonésio é favorável ao REDD, não apenas porque espera ganhar milhões de dólares em financiamento através do REDD. Os países do Norte também têm interesse em financiar o REDD na Indonésia, não apenas porque isso permite que eles continuem aplicando a maquiagem verde à extração de petróleo. A norueguesa StatoilHydro, por exemplo, está desenvolvendo projetos petrolíferos na Indonésia. Enquanto isso, o embaixador norueguês na Indonésia, Eivind Homme, pode afirmar que “A Noruega está financiando o programa REDD da ONU,

um dos projetos pilotos sobre mudança climática, na Indonésia."

A Indonésia foi o primeiro país no mundo que estabeleceu uma legislação sobre os investimentos REDD. Contudo, no início deste ano, o mesmo governo indonésio decidiu permitir a expansão das plantações de dendzeiros nas turfeiras. A fim de plantar dendzeiro ou árvores para celulose nas turfeiras, a terra deve ser clareada e drenada, o que libera milhões de toneladas de CO2 na atmosfera. As autoridades permitiram também que as empresas celulósicas cortassem florestas nativas e fizeram vistas grossas quando usaram madeira ilegal.

O REDD irá abordar essa destruição? Não se o progresso até agora é uma coisa que passa. Na Guiana, o presidente Bharrat Jagdeo garante à indústria que sua Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões de Carbono não irá afetar as empresas madeireiras, mineradoras nem os planos para a construção de rodovias através das áreas reflorestadas. Na Papua Nova Guiné, o governo vem fazendo pouco ou nada para abordar a destruição causada pelo corte industrial de madeira ou pelas plantações de dendzeiros, enquanto permite que um grupo de empresas assine acordos de comercialização de carbono das florestas com os moradores para futuros projetos REDD.

A não ser que o REDD aborde a destruição causada pela extração madeireira e as plantações (sejam para bioenergia, dendê ou celulose) o programa não conseguirá deter o desmatamento. E enquanto a definição que as Nações Unidas usam para as florestas não diferencie entre florestas e plantações, não há chance disso acontecer.

By Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Argentina: mulheres Wichi e Guarani erguem suas vozes contra o desmatamento decorrente da soja

Conforme um trabalho do pesquisador Daniel Slutzky, do Centro de Estudos Urbanos e Regionais do Conicet, citado em um artigo do jornalista Claudio Scaletta (1), em relação com a província de Salta "até meados dos anos 90, a cana-de-açúcar, o fumo e os cítricos foram, junto ao feijão, os cultivos tradicionais. Posteriormente, o ciclo do feijão recuou devido ao início do auge da soja. A oleaginosa ocupa hoje mais de 50 por cento das terras cultivadas da província e continua sua expansão"

A soja acarretou o desmatamento. Calcula-se que desde 1988 até hoje foram desmatados aproximadamente 2,3 milhões de hectares. Conforme o artigo mencionado, "mesmo que o desmatamento indiscriminado tenha começado com o feijão, ocorre mesmo com a soja."

Além do desmatamento, a soja trouxe concentração de terras, desocupação e

expulsão. “Os crescentes preços da oleaginosa e as novas tecnologias fizeram que muitas áreas marginais se tornassem muito rentáveis. Os preços da terra e dos arrendamentos ficaram para trás em relação com a rentabilidade potencial, um atraso suficiente para absorver os custos de desmatamento e de fretes até os portos. Pelas necessidades de escala e infra-estrutura da cultura da soja as novas oportunidades só foram acessíveis para médios e grandes produtores. No ano 2000, 95 mil hectares estavam nas mãos de 19 produtores e só um deles possuía 25.000. A concentração coexistiu com a expulsão de trabalhadores. A modernização tecnológica permitiu uma drástica diminuição da demanda de mão-de-obra que passaram de 2,5 a 0,5 jornais por hectare, um aumento sem precedentes na produtividade do trabalho. A contraparte foi uma significativa emigração da população rural e a virtual desaparecimento de pequenos povoados. A tradicional articulação entre a grande empresa agrária e os pequenos produtores, muitos deles indígenas, quebrou-se. Os camponeses de parcelas de subsistência começaram a encontrar sérias dificuldades para complementar suas rendas com as demandas sazonais da colheita da cana e do feijão, atividades que perderam importância relativa. À realidade dos pequenos produtores expulsados de suas terras acrescenta-se a dos povos originários, como os Wichis. Alguns emigraram para a região metropolitana de Tartagal, Embarcación e a cidade de Salta. Outros ficaram encurralados em florestas que recuavam”.

É nesse contexto que no dia 17 de dezembro de 2008, 18 comunidades indígenas Wichi e Guarani de Salta apresentaram uma medida cautelar perante a Suprema Corte de Justiça da Nação para a suspensão das inúmeras autorizações de desmatamento emitidas pelo governo da província. O governo provincial, através da Secretaria de Meio Ambiente, tinha ratificado os pedidos de desmonte e desmatamento sobre um total de 807.509 hectares de floresta. Apesar das denúncias de poluição, doenças e desastres naturais provocados pela depredação das florestas nativas, e da reclamação das comunidades indígenas pela restituição de seus territórios ancestrais, a Corte não proferiu uma sentença definitiva. A finais de dezembro de 2008, ordenou a suspensão temporária dos desmontes e o desmatamento de floresta nativa autorizados no último trimestre de 2007, até a realização de um estudo de impacto ambiental que devia estar pronto em 90 dias.

No dia 26 de março de 2009, a Corte fez uma extensão da medida de suspensão, à espera do relatório provincial. Apesar da sentença, o desmatamento continuou: as empresas continuaram avançando sobre os territórios reclamados pelas comunidades, e sobre a floresta nativa.

Diante da iminente resolução final da Corte, 20 mulheres Wichi e Guarani tomaram a decisão de fazer ouvir suas vozes. Foi assim que no final de julho chegaram desde Salta à capital, como explicam, para “levar NÓS MESMAS E SEM INTERMEDIÁRIOS as reclamações aos locais onde as decisões são tomadas sobre nossas vidas, por isso vamos a Buenos Aires.” Até agora, a resposta a suas reclamações, apresentadas nos municípios provinciais, só foi de mais repressão, exclusão e discriminação.

Estas mulheres, decididas a “erguer as armas da consciência”, anunciam que não querem ser representadas por organizações intermediárias, “sejam ONGs ou

outras". "Queremos gritar claramente nossas reclamações: por nossas terras e territórios que vêm sendo devastados pelo desmatamento, porque não é cumprida a proibição de desmatamento da floresta nativa". "Estamos em uma situação de miséria, que nós não procuramos, senão que é consequência de toda a desumanização com que agem as pessoas do outro lado. Aqueles que com dinheiro e poder nos arrasaram e nos enfrentaram com outros irmãos pobres para sermos invadidos e despojados também de nosso território".

Elas falam das doenças que acarretam os desmatamentos, da leishmaniose, diante da qual não sabem se defender por desconhecimento. "Ninguém vem aqui para instruir-nos, ninguém vem para capacitar-nos, e sabemos que para fazer os programas e os projetos de saúde não há nenhum índio". (2)

Em Buenos Aires, o grupo de mulheres apresentou sua petição perante diversos organismos, entre eles a Suprema Corte, a Presidência da Nação, a Defensoria do Povo da Nação, a Câmara de Deputados, a Anistia Internacional, a Associação Americana de Juristas e a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos.

Mas não há trégua: no passado dia 14 de agosto, a Suprema Corte de Justiça da Nação decidiu, eufemisticamente, "permitir a retomada da execução das tarefas de aproveitamento florestal nos departamentos de San Martín, Orán e Santa Victoria". Isso quer dizer permitir que continue o desmatamento no norte de Salta, rejeitando a demanda das comunidades originárias.

Conforme explicam as mulheres, a resposta que lhes deram foi que, "talvez seja "Desmatamento Seletivo" ou "Reflorestamento" o que viemos denunciar. Depois de ver as fotos e as provas de tudo o que foi apresentado, disseram também que poderíamos seguir o exemplo de nossos irmãos do sul que são protetores de parques nacionais!!!! Mas claro, desde que tenhamos os títulos de propriedade!!!! INDIGNANTE. Não deram nenhuma resposta, nem alternativas". (3)

Como expressaram com suas palavras: "Estamos sofrendo neste momento o que sofremos a vida toda: o despojo. Antes nos combatiam com o Winchester, o Remington, o Mauser, agora é com este modelo de sojização que há no norte".

(1) "Soja y bosques nativos", Claudio Scaletta, Página 12,

<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-3842-2009-03-29.html>

(2) "Para ser vistas y escuchadas. Mujeres de la comunidad wichi "Honat Le' Les", en lucha", Raquel Schrott e Ezequiel Miodownik para a Agência de Notícias Biodiversidadla, <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/50831>

(3) "Argentina_MUJERES WICHI Y GUARANI: La lucha continúa", Rede Latina Sem Fronteiras, http://red-latina-sin-fronteras.lacoctelera.net/post/2009/08/20/argentina_mujeres-wichi-y-guarani-lucha-continua

[início](#)

Keng Kham é uma comunidade localizada ao longo do rio Pang, que flui da montanha ao rio Salween no estado sulino Shan da Birmânia. A comunidade tinha uma população total estimada em 14.800 antes de o exército birmanês ter iniciado em 1996 uma campanha anti-insurgência que forçou o deslocamento e fez com que a maioria fugisse para a Tailândia. Atualmente minguou para cerca de 3.000 em 114 povoados.

A situação para os habitantes que ainda permanecem em Keng Kham mantém-se precária. Frequentemente os moradores devem esconder-se quando passam as patrulhas do exército birmanês para evitar o assédio, a extorsão, trabalho forçado ou inquéritos. Contudo, esses moradores estão conseguindo manter sua tradicional forma de vida rural e cultura em uma área ecologicamente única.

Eles enfrentam, porém, uma ameaça ainda maior: a barragem Tasang, a maior de 5 barragens planejadas na Birmânia para o transnacional rio Salween por parte dos governos chinês, tailandês e birmanês, e que irá submergir 870 km² nas terras centrais do estado de Shan. Dezenas de milhares irão ser deslocados na parte alta e meio milhão irá sofrer os impactos no delta, na parte baixa. Três das barragens irão inundar áreas de biodiversidade extraordinária e uma delas irá submergir as terras do último povo Yin Ta Lai, que atualmente consta de apenas 1.000 habitantes.

A maior parte da eletricidade gerada nas barragens será vendida para a Tailândia, providenciando receita para o governo militar da Birmânia mas não haverá eletricidade para a população local que enfrenta escassez crônica de energia. A comunidade de Keng Kham será diretamente afetada desde o reservatório Tasang quando a barragem estiver concluída já que os 114 povoados ficarão inundados junto com as granjas alimentadas pelo rio, templos de covas sagradas, e quedas d'água prístinas e florestas.

Os estudos iniciais sobre a barragem começaram em 1998, no meio da campanha de traslados. Os investidores do projeto, que incluem a empresa tailandesa MDX Company e a chinesa Gezhouba Group Company, estão ávidos para iniciar a construção e já celebraram uma cerimônia de inauguração.

Contudo, o projeto continua sendo adiado devido à instabilidade da área que circunda o local da barragem. As áreas sul e sudeste do local da barragem estão sob controle do United Wa State Army (UWSA), um grupo de cessar-fogo. Desde o início de 2009, o regime birmanês vem pressionando os grupos de cessar-fogo para transformá-los em Patrulhas Fronteiriças que estariam completamente sob o controle do Exército Birmanês. Muitos dos grupos de cessar-fogo, inclusive o Uwsa, estão resistindo a essa situação, pondo em dúvida a estabilidade de anteriores territórios de cessar-fogo. Isso irá ameaçar diretamente a segurança da principal rodovia de fornecimento desde a Tailândia até o local da barragem Tasang, que é também a rota planejada para as linhas de transmissão de eletricidade.

Enquanto isso, a atividade madeireira desenfreada continua sem diminuir nas áreas que circundam o local da barragem. Árvores de madeira dura incluindo teca estão sendo cortadas para ser transportadas e vendidas na China e Tailândia.

As toras são transportadas depois da estação de chuvas. De janeiro a maio de 2009, a Century Dragon, uma madeireira de Tay Za, uma estreita parceria dos generais birmaneses, e a Hong Pang Company, controlada pelos Was estiveram extraíndo madeira dos bancos orientais do Salween interior. No passado, a Thai Sawat cortava só as árvores grandes da área, mas agora estão clareando tudo.

A maior parte das florestas na área de Mong Pu Long já desapareceu. Recentemente a Hong Pang Company também começou a construir uma rodovia no lado oeste do Salween entre Mong Pan e Tasang. Em várias áreas as toras são transportadas rio abaixo pelo Salween para serem vendidas na Tailândia ou enviadas para o Mekong para a venda na China.

A Rede de Ação de Mulheres de Shan tem documentado a violência sexual por parte das tropas do exército birmanês contra centenas de mulheres que vivem nos arredores do local da barragem Tasang e denunciou que "as vidas das mulheres interdependem da natureza porque nós devemos coletar hortaliças, lenha e as medicinas tradicionais para o sustento e a saúde de nossas famílias. O ambiente natural deve ser preservado para a sobrevivência das futuras gerações e o elemento mais importante é a água e nossos rios. Mas agora o governo militar da Birmânia irá construir barragens em nosso rio Salween para seu próprio interesse. Antes de construírem as barragens, estão desmatando e construindo as rodovias para transportar os materiais até o local da barragem. Ao mesmo tempo, o número de soldados está aumentando para a segurança da barragem. Esta situação é muito difícil e insegura para as mulheres que dependem da floresta nos arredores da barragem Tasang."

A organização ambientalista Sapawa de Shan está exigindo que a barragem de Tasang seja suspensa. Eles elaboraram o relatório "Raízes e Resiliência" (1). O relatório, que focaliza a área ecologicamente única da comunidade de Keng Kham e a luta para sobreviver em meio à guerra civil, tenta revelar os potenciais custos humanos e tudo o que se perderá com a enchente da barragem de Tasang.

(1) "Roots and Resilience", por Shan Sapawa Environment Organization, pode ser descarregado em <http://www.salweenwatch.org/>

Artigo baseado no relatório "Roots and Resilience" e o comunicado de imprensa de 4 de agosto de 2009. Contato: Sai Sai, e-mail: shansapawa@gmail.com

[início](#)

- Quênia: projeto de plantações de cana-de-açúcar aniquila o inestimável delta do rio Tana

O delta do rio Tana é uma das zonas úmidas mais importantes na África e um dos maiores e mais importantes sistemas de zonas úmidas de água doce do Quênia. Abrange uma área de 130.000 ha que mistura savana, manguezais, florestas e praias e assim providencia boa pastagem durante a estação seca. Os pastores locais Orma e Wardei têm usado o delta durante séculos.

O site da campanha pelo delta do rio Tana descreve que "há também vastas áreas de arrozais e outras atividades agrícolas que são desenvolvidas ao longo das bordas do delta. As lavouras plantadas no delta incluem arroz, milho, manga, mandioca, banana, melão, feijão e ervilha e muitas outras hortaliças. A maioria dos agricultores pertence ao grupo étnico Pokomo. Os pescadores incluem o povo Bajuni e migrantes de outras partes do Quênia. O delta do rio Tana é um cabo de salvamento para cerca de 30.000 agricultores, pastores e pescadores bem como para as comunidades minoritárias de caçadores-coletores chamados coletivamente os Wasanya." (1)

Este inestimável ecossistema que abriga uma alta biodiversidade e representa o sustento para dezenas de milhares de pessoas poderia ser desbaratado por encobertos lucros no curto prazo. O auge dos agrocombustíveis está por trás do projeto de plantação de cana-de-açúcar em grande escala visando produzir grandes quantias de etanol para exportar ao mercado europeu.

A Mumias Sugar Company (MSC) Ltda. E a Tana and Athi River Development Authority (TARDA), em uma planejada joint venture privada, propõem transformar 20.000 hectares do maiormente prístino delta do rio Tana em plantação de cana. No dia 11 de junho de 2008 a Autoridade Nacional de Manejo Ambiental (NEMA) do Quênia aprovou o projeto.

Uma abordagem míope tem sobrevalorizado os lucros potenciais e ignorado os benefícios ecológicos do delta do Tana, que incluem prevenção de enchentes, armazenamento de gases de efeito estufa e provisão de alimentos que "desafiaram avaliação", conclui um relatório encomendado pela Sociedade Real para a Proteção das Aves. O relatório alertou das graves conseqüências ambientais se o projeto for levado a efeito. (2)

Os moradores de Tana River e os pescadores bem como os pastores que levam 60.000 reses para pastar até locais tão distantes como as regiões limítrofes de Somália e Etiópia no delta durante a estação seca estão aborrecidos porque suas preocupações sobre a perda de sustento não foram abordadas. Eles interromperam as audiências públicas sobre o projeto.

"Desde tempos imemoráveis, milhares de criadores de gado no rio Tana dependeram do delta para a provisão de pastagens e água para seus animais. Durante as secas severas, os criadores de gado de locais tão distantes quanto Garissa e Ijara da província Nordeste vinham em tropel pelas pastagens e a água," disse Mr Hussein Guracho, ancião Orma. "Quando a Tarda e a Mumias Sugar lançarem o projeto açucareiro, milhões de animais irão morrer pela seca já que Tana River é uma área semi-árida, e negará o sustento a uns 100.000 pastores," ele explicou.

A ira aumenta pela indignação: "a Tarda irá estabelecer a fábrica sobre nossos cadáveres" alertaram os manifestantes. (3)

Casos como este do delta do rio Tana ilustram o lado destrutivo dos agrocombustíveis com seu saldo de pobreza e deslocamento quando são ocupadas vastas extensões de terra que formam a base do sustento dos povos.

- (1) "About the Tana River Delta", <http://www.tanariverdelta.org/tana/about.html>
(2) "Wildlife and livelihoods at risk in Kenyan wetlands biofuel project", Xan Rice, The Guardian, <http://www.guardian.co.uk/environment/2008/jun/24/biofuels.wildlife>
(3) The East African Standard (Nairobi), <http://www.sucre-ethique.org/Kenya-Tana-Residents-Protest.html>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- A maquiagem verde que o FSC aplica às monoculturas de árvores: evidências providenciadas pela própria Indústria de Papel e Celulose

Durante mais de uma década, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais tem estado denunciando que- ao certificar plantações de árvores em grande escala- o FSC aplica uma maquiagem verde nas atividades destrutivas das empresas plantadoras nos países do Sul (para maiores informações vide <http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/index.html>). Mais importante ainda é o fato de o WRM ter enfatizado que ao fazer isso, o FSC está minando as lutas das comunidades locais contra as plantações de monoculturas de árvores.

As evidências que apóiam a denúncia são fornecidas por um vídeo da presidente executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, sigla em inglês), que argumenta que as "florestas plantadas" no Brasil não podem ser consideradas Desertos Verdes (definidas assim pelas comunidades locais que sofrem seus impactos), porque "todas nossas [plantações de] florestas estão certificadas pelo FSC...".

O vídeo está disponível em

http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/FSC_greenwashing.html

[início](#)

- Indonésia: Povos Indígenas opõem-se às plantações de acácia em seus territórios tradicionais

A comunidade indígena de Teluk Meranti na Península Kampar, Riau, Sumatra resiste à apropriação de seus territórios tradicionais por parte de uma empresa de papel e celulose.

A empresa celulósica, Riau Andalan Pulp and Paper (RAPP)- propriedade da gigante de papel e celulose APRIL- tem obtido licenças para desenvolver plantações de acácia em 45.000 hectares de turfeiras na península Kampar, província de Riau, Sumatra. A RAPP pretende estabelecer mais de 150.000 hectares de plantações de acácia em uma faixa ao redor das bordas da península Kampar de 700.000 hectares em turfeiras que estão sob o manejo e propriedade tradicional de cerca de dez comunidades indígenas.

As licenças da RAPP abrangem turfeiras que são territórios tradicionais da

comunidade indígena de Teluk Meranti. Se as plantações de acácia forem desenvolvidas em seus territórios, as comunidades Teluk Meranti irão perder um recurso essencial de sustento, já que eles manejam e usam a área para obterem peixe, camarão, caça menor, materiais de construção e produtos florestais não madeireiros. A RAPP planeja o início do desmatamento para este ano.

Em junho, a comunidade de Teluk Meranti encaminhou uma carta à companhia RAPP/APRIL em que declara que rejeita a presença da companhia em suas terras. "Eles expressaram tal rejeição com as considerações a seguir:

1. A terra deve ser conservada para o futuro de nossos netos.
2. As experiências dos povoados vizinhos quanto às atividades da RAPP implicam impactos negativos nos direitos da comunidade local.
3. A empresa tem causado perda de terras agrícolas e horticólicas pertencentes à comunidade.
4. A comunidade irá perder a fonte de seu sustento (econômico, social e cultural) tirada da floresta que será transformada em uma plantação industrial de madeira."

Essa comunidade tem o direito sobre essas terras como especificam na carta: "Nós, a comunidade de Teluk Meranti, temos habitado e usado essa área de um jeito tradicional e sábio desde antes da independência da Indonésia".

A carta, firmada por 82 membros da comunidade, tinha a intenção especificada pela comunidade "que os problemas não desejados sejam evitados no futuro". Cópias da carta foram encaminhadas às autoridades mais importantes do país inclusive ao Ministro das Florestas e diferentes Comissões da Câmara de Representantes.

Recentemente, os líderes da comunidade solicitaram à Scale UP, uma organização local que está agora assistindo a comunidade para preparar o mapa de seus territórios tradicionais que entrasse em contato com grupos nacionais e internacionais e pedisse seu apoio na luta para deter a destruição das turfeiras por parte da RAPP.

Como resultado, no dia 17 de agosto, 26 organizações da Ásia, Europa e América enviaram uma carta conjunta à companhia, exigindo que respeite a decisão da comunidade de rejeitar a presença da companhia em suas terras. Na carta, lembram que "a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas inclui o direito dos povos indígenas de rejeitar os desenvolvimentos planejados que podem chegar a afetar suas terras tradicionais". Cópias desta carta foram enviadas à comunidade, às autoridades, à imprensa e aos clientes da RAPP.

Esperamos que as autoridades indonésias tomem medidas para garantir que os direitos do povo indígena de Teluk Meranti sejam respeitados, e que intervenham para deter as plantações planejadas de acácia em suas terras.

Artigo baseado em informações enviadas por Patrick Anderson. Para obter seu endereço eletrônico, entre em contato com o WRM

- Indonésia: apelo para a suspensão dos empréstimos do Banco Mundial (CFI) para os dendezeiros

Uma auditoria interna tem revelado que o braço do setor privado do Banco Mundial –a Corporação Financeira Internacional (CFI)- tem permitido que os interesses comerciais ignorem seus padrões sociais e ambientais com a realização de grandes empréstimos para o setor dos dendezeiros na Indonésia. A expansão descontrolada das plantações de dendezeiros na Indonésia tem virado sinônimo do amplo desmatamentos de florestas e áreas de pântanos, emissões massivas de CO2 e roubo de terras dos povos indígenas. No entanto, o governo planeja uma expansão dos atuais 7 milhões de hectares de plantações para mais de 20 milhões de hectares na próxima década.

Apesar de que a CFI conhecia todos esses riscos, ela continuou adiante com empréstimos para o grupo de comércio do azeite de dendê Wilmar, em violação de seus próprios padrões, de acordo com o relatório. A CFI não avaliou as cadeias de fornecimento nem considerou os impactos prejudiciais das plantações subsidiárias da companhia que estavam invadindo terras e florestas comunitárias em Borneu e Sumatra. Essas constatações surgiram de um altamente crítico relatório de auditoria recentemente emitido pelo Ombudsman Consultivo de Cumprimento (CAO) semi-independente da CFI que considerou uma reclamação detalhada apresentada em julho de 2007 pelo Forest Peoples Programme e uma coalizão de 19 organizações da sociedade civil e de povos indígenas da Indonésia, incluindo SawitWatch e Gemawan.

A reclamação foi originada pelo fato de que a CFI estava ignorando persistentemente as advertências de ONG de que seu cliente comercial favorecido, a Wilmar International, estava operando em violação tanto dos padrões da CFI quanto da legislação da Indonésia. Em um dossiê detalhado apresentado em 2007, as ONGs evidenciaram que a Wilmar: não estava reconhecendo os direitos consuetudinários das comunidades locais; estava apropriando-se das terras de comunidades com a conivência de agências do Estado locais e nacionais; fazia parte de sérios abusos aos direitos humanos quando as comunidades objetaram a apropriação de suas terras; cortava grandes áreas de floresta e pântanos; levava a cabo práticas ilegais, como por exemplo o uso de fogo para desmatar terras; não cumpria regulamentações legais e não levava a cabo avaliações do impacto e quebrava as promessas feitas às comunidades para estabelecer áreas, como pequenas propriedades. Quando a CFI outorgou a garantia de investimento à Wilmar que ocasionou a reclamação, as companhias do grupo Wilmar estavam realmente sujeitas a ações legais iniciados pelo governo por supostas violações de leis ambientais.

A companhia, Wilmar Trading, tem virado nos 8 anos nos que tem usufruído o apoio da CFI, o maior comerciante do mundo de óleo de dendê cru e se tem transformado em um império comercial 'verticalmente integrado', avaliado em USD 7 bilhões, com fábricas na Europa oriental, portos e refinarias em Sumatra, instalações de embarque e sede em Singapura e um 'banco de terras' em agressiva expansão de plantações extensivas em Sarawak e Indonésia, visando uma área objetivo de 1

milhão de hectares.

O caso CFI-Wilmar tem sido particularmente chocante, já que, ainda depois da apresentação da reclamação e de que uma equipe do CAO estivesse negociando disputas de terras entre a Wilmar e as comunidades locais, pessoal da CFI persistia em ignorar a situação e preparou um empréstimo adicional para o Grupo Wilmar. Apesar de que ONGs advertiram ao Presidente e à Diretoria de toda esta farsa e apesar de que o pessoal da CFI estava de novo violando dos procedimentos, a Diretoria aprovou um empréstimo adicional para a companhia.

Como é normal quando o CAO emite uma auditoria, neste caso pessoal sênior da CFI também publicou uma 'Resposta da Gerência' para ser emitida ao mesmo tempo que a auditoria. Tendo analisado cuidadosamente essa resposta, as ONG disseram para a CFI que acharam ela 'inadequada'. Em uma carta contundente, apoiada por ONG do mundo inteiro ao Banco Mundial/Presidente da CFI, Richard Zoellick, elas alegam que:

“Em primeiro lugar, fica claro para nós e a auditoria confirma isso, que a CFI sofre um problema sistêmico pelo qual a pressão de emprestar e apoiar interesses comerciais supera a prudência, a devida diligência e a preocupação por resultados sociais e ambientais. Não se propõem medidas para enfrentar esse problema. Em segundo lugar, a Resposta da Gerência não fornece análise contextual dos problemas mais amplos dentro do setor do óleo de dendê na Indonésia; em vez disso, um Anexo da resposta da gerência apenas incha os potenciais benefícios. Como sua própria documentação tem detalhado e como o relatório de auditoria o confirma, o setor do óleo de dendê na Indonésia sofre problemas endêmicos que não se limitam a uma companhia ou grupo de companhias Percebemos em particular que na Resposta da Gerência:

- Não se sugerem ações para disciplinar o pessoal da CFI por sistemáticas violações às políticas.
- Não se recomendam ações para que o pessoal da CFI não engane à Diretoria quando se apresentam projetos controvertíveis para a aprovação da Diretoria.
- Não se propõem ações para remediar os problemas mais amplos que ainda assediam as operações do grupo Wilmar nas que a CFI tem investido tanto.
- Não se propõem ações para abordar o problema fundamental que as atuais leis de posse da terra e procedimentos de aquisição de terras na Indonésia negam direitos consuetudinários e incentivam companhias a apossar-se de terras das comunidades sem seu consentimento livre, prévio e informado.
- Não se propõem ações para abordar os problemas surgidos em nossa reclamação que as companhias estão plantando em áreas de pântanos e queimando florestas, apesar de que a preocupação global sobre a mudança climática esteja exacerbada pelo desmatamento e mudança no uso da terra,
- Realmente não se apresenta nenhum plano de ação abrangente para clarificar o que fará o pessoal da CFI realmente para garantir o futuro cumprimento dos padrões.”

As ONGs tem portanto convocado o Presidente e a Diretoria da CFI para suspender os empréstimos da CFI ao setor do óleo de dendê na Indonésia até que essas

deficiências sejam abordadas.

Fontes: Comunicado à imprensa de Forest Peoples Programme, SawitWatch e Gemawan, 10 de agosto de 2009;

http://www.forestpeoples.org/documents/ifi_igo/ifc_wilmar_cao_fpp_press_rel_aug09_eng.pdf

Reclamação original e correspondência de acompanhamento com a CFI e CAO ver:

http://www.forestpeoples.org/documents/ifi_igo/ifc_wilmar_fpp_let_jul07_eng.pdf

http://www.forestpeoples.org/documents/prv_sector/bases/oil_palm.shtml

Auditoria CAO ver:

[http://www.cao-ombudsman.org/uploads/case_documents/](http://www.cao-ombudsman.org/uploads/case_documents/Combined%20Document%201_2_3_4_5_6_7.pdf)

[Combined%](http://www.cao-ombudsman.org/uploads/case_documents/Combined%20Document%201_2_3_4_5_6_7.pdf)

[20Document%201_2_3_4_5_6_7.pdf](http://www.cao-ombudsman.org/uploads/case_documents/Combined%20Document%201_2_3_4_5_6_7.pdf)

[início](#)

- Malásia: povos Indígenas pedem moratória para plantações de árvores em grande escala

No Dia Mundial dos Povos Indígenas- 9 de agosto de 2009- a Coalizão de Organizações de Povos Indígenas da Malásia insta os governos dos estados malásios a “deter as plantações em grande escala e outras atividades extrativas em nossas terras tradicionais até serem providenciadas medidas efetivas para salvaguardar nossos direitos e o meio ambiente”.

As Organizações de Povos Indígenas da Malásia descreveram em um comunicado de imprensa (1) a forma em que as empresas madeireiras têm explorado suas florestas, as quais providenciam seus meios de sustento: “A extração madeireira tem destruído nossos recursos fundamentais para o sustento, as variedades de plantas que incluem as medicinais, os animais e os peixes estão ameaçados ou já extintos.”

Mas ainda restam muitas penúrias para os povos indígenas: Em Sarawak, nossas comunidades ainda devem enfrentar o pior no futuro próximo. Como o sol já se pôs na indústria madeireira em Sarawak, o atual governo busca energicamente a diversificação e a ampliação de sua receita através do desenvolvimento de terras para as plantações de dendezeiros e outras plantações de árvores em grande escala. Tais atividades de desenvolvimento territorial têm invadido uma e outra vez as terras e florestas de várias comunidades indígenas que reclamam seus direitos consuetudinários nativos (NCR) sobre esses territórios.”

Ao considerar os territórios NCR como “terras ociosas”, o governo promove a comercialização como um meio de trazer “as comunidades nativas para dentro da sociedade dominante a fim de mitigar sua pobreza. Esse argumento foi usado para promover a atividade madeireira na década de 1970 e agora é usado para justificar a introdução de plantações de dendezeiros e de plantações industriais de árvores.”

Contudo, esse “desenvolvimento” foi um fracasso provado: “as comunidades locais e indígenas em geral não tiraram benefícios dessas atividades que destruíram os

recursos em suas terras". "Depois de mais de três décadas de atividade madeireira extensiva e desmatamento, por que a maior parte de nosso povo que vive no interior está agora pior do que antes." As organizações de Povos Indígenas questionam "o reinado do 'paradigma de desenvolvimento', a idéia de esses projetos em grande escala serem sempre benéficos para as comunidades indígenas." A realidade é que "tais projetos geram enormes lucros para um punhado de pessoas, as elites e as corporações; e também acarretam devastação social e ambiental para o país, e fora dele."

Agora, além das plantações de dendezeiros o governo do estado de Sarawak concedeu licenças para plantações de árvores em 1.397.644 hectares que incluem terras NCR e áreas de captação de água. "Com as áreas de captação estragadas ou destruídas, as comunidades já não podem conseguir água limpa. Os rios estarão poluídos com produtos químicos e sedimentos que chegam das instalações das plantações florestais" afirma a declaração.

As empresas plantadoras já invadiram ilegalmente as terras tradicionais das comunidades indígenas sem terem seu prévio, livre e informado consentimento, o que provocou disputas sobre os direitos territoriais e os recursos que conduzem a uma situação cada vez mais tensa. Mais de 100 demandas legais foram apresentadas pelas comunidades indígenas contra as empresas plantadoras, as agências estatais e o governo estadual nos tribunais de justiça em todo o estado de Sarawak.

Os representantes das organizações dos Povos Indígenas que formam a Coalizão de Organizações de Povos Indígenas da Malásia "exigem veementemente uma moratória para qualquer projeto de desenvolvimento de plantações e pede ao governo que providencie imediatamente soluções significativas para todos esses problemas de disputas territoriais e questões de direitos territoriais em Sarawak."

(1) "Malaysian Indigenous Peoples want moratorium on plantations, other extractive projects", comunicado de imprensa da Coalizão de Organizações de Povos Indígenas da Malásia, <http://www.indigenousportal.com/Environment/-Malaysian-Indigenous-Peoples-want-moratorium-on-plantations-other-extractive-projects.html>

[início](#)

- Reunião da rede contra monoculturas de árvores na América Latina

No dia 1º de agosto deste ano, membros da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA) reuniram-se no município de Villa Serrana, Uruguai, para analisarem as razões da alarmante expansão das monoculturas de árvores destinadas à produção de carvão, celulose e madeira, bem como de agrocombustíveis (agrodiesel e etanol derivado de madeira), principalmente voltada para a exportação.

Representantes provindos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai partilharam

informações e experiências sobre os diferentes casos de plantações: eucaliptos, pinheiros, dendezeiros, teca, gmelina.

Um elemento comum a todos eles é o processo crescente de apropriação de territórios por parte das empresas florestais e dendeicultoras, provocando uma concentração de terras que afeta diretamente os direitos e o bem-estar das comunidades locais, como é registrado na declaração final do encontro (vide a declaração na íntegra em

http://www.wrm.org.uy/plantaciones/RECOMA/declaracion_08_09.html)

No caso do Chile, que serviu como “modelo” para a expansão do reflorestamento na região, há dois milhões e meio de hectares plantados com pinheiros e eucaliptos para celulose, concentrados em algumas regiões. A expansão continua; nos últimos 5 anos a produção de celulose dobrou, com a introdução de fábricas com mais de 1 milhão de toneladas de produção anual- 98% para o mercado internacional.

A expansão continua ocorrendo graças ao apoio governamental, mesmo que tenha alterado seu formato. Os subsídios e isenções impositivas outorgadas às empresas focalizam-se agora em pequenos camponeses e indígenas, pretendendo cooptá-los com créditos de enlace, nos que o dinheiro é adiantado para estabelecer a plantação.

No Peru, um decreto chamado Lei da Floresta, que foi o estopim do recente levantamento indígena, pretende estabelecer os investimentos privados em milhares de hectares da floresta amazônica. Sob o argumento de promover o “reflorestamento” de áreas “desmatadas”, a ofensiva permitiria introduzir plantações de árvores em grande escala em terras que fazem parte do modelo agrícola tradicional de roça e queima usado por camponeses e indígenas.

Na serra peruana, as plantações são promovidas dentro dos planos de fechamento de jazidas, enquanto as plantações de dendezeiros avançam na região da floresta deslocando comunidades de pequenos camponeses. Também na faixa litorânea há 18 projetos de plantações florestais.

Na Colômbia, as plantações de pinheiros, eucaliptos e dendezeiros abrangem 600.000 hectares. No caso do dendezeiro, o auge dos agrocombustíveis teve grande influência e fala-se de estabelecer 3 milhões de hectares de plantações.

Seguindo o modelo chileno, a expansão contou com o apoio governamental em duas formas: subsídios e isenção de impostos sobre a terra, a renda, o IVA, por um lado, e entrega de incentivos por outro.

No momento, as políticas estão aprofundando a mercantilização do patrimônio natural (floresta, água, fauna, etc.), incentivando estratégias de certificação de plantações, desmontando o sistema de controles do Ministério do Ambiente.

No Equador, as plantações de árvores foram estabelecidas em áreas de floresta e páramos, em terras de comunidades que foram induzidas de forma enganosa a assinar contratos de 20 anos através dos quais o Estado fica com o direito a intervir

e elas ficam expostas à aplicação de sanções.

Na Nicarágua foi iniciada a cultura de dendezeiros na costa atlântica simultaneamente a um desmatamento feroz que afeta a Reserva de Bosawuas. No horizonte há um programa de reflorestamento e infra-estrutura viária no ocidente do país, com culturas de teca e gmelina.

No México o projeto é de 1 milhão de hectares de plantações de dendezeiros. A promoção vem acontecendo em ritmo acelerado e desorganizado, sob o argumento de não estarem desmatando senão ocupando terras degradadas. A União Européia tem sido um importante ator na expansão do dendezeiro nos arredores da Floresta Lacandona, sob o pretexto de ter sido para evitar que os índios desmatassem.

Por trás da expansão das plantações de árvores no Brasil estão os setores papelheiro-celulósico e o siderúrgico. Em 2003, o plano florestal do governo apresentou um crescimento de 6 milhões de hectares anuais. Finalmente o crescimento aconteceu principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Pará e Bahia; também no Espírito Santos e Minas, mesmo que com uma expansão menor.

A expansão no Brasil ocorreu em uma primeira etapa basicamente sobre terras tradicionais de índios, afro-descendentes e camponeses. Na última etapa, as plantações avançaram sobre áreas que seriam para a reforma agrária, ou em terras de pequenos camponeses através de contratos tipo de aluguel.

No Uruguai, a lei de promoção de plantações estabeleceu benefícios que permitiram atingir um milhão de hectares reflorestados, dos quais mais de 600.000 estão nas mãos de apenas 4 empresas estrangeiras- Stora Enso (Suécia-Finlândia), Arauco (Chile), Weyerhaeuser (EUA) e Botnia (Finlândia). Um consórcio formado pela Stora Enso e a Arauco possui 253.000 hectares, o maior latifúndio na história do Uruguai.

A certificação do FSC foi um fator importante para a consolidação e legitimação do modelo, que enfraquece a oposição. A certificação está presente em todas as plantações e constitui um processo meramente burocrático.

Como expressa a declaração da RECOMA, “o processo de expansão das plantações de árvores vem se consolidando e espalhando ainda mais com as falsas soluções para a mudança climática tais como os agrocombustíveis e os mal chamados sumidouros de carbono, que são novas fontes de negócios para as empresas transnacionais”.

“As comunidades, movimentos e organizações sociais que resistem e denunciam este avanço desenfreado das monoculturas estão sofrendo perseguição, fustigação, criminalização e despojo de seus meios de sustento”.

A RECOMA afirma que assume “como parte de nossa luta a defesa da soberania alimentar, pela terra e os territórios, a defesa da floresta, a biodiversidade e a água”.
